



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EMERSON MOREIRA BENTES

**AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE APOIO NA
TOMADA DE DECISÃO: Um Estudo de Caso na Empresa P. Ribeiro
Silva Comércio em Itaituba-PA**

Itaituba – PA

2025

EMERSON MOREIRA BENTES

**AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE APOIO NA
TOMADA DE DECISÃO: Um Estudo de Caso na Empresa P. Ribeiro
Silva Comércio em Itaituba-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Augusto Cesar Amorim Do
Nascimento.

Itaituba – PA

2025

BENTES, Emerson Moreira.

Auditoria interna como ferramenta de apoio na tomada de decisão: um estudo de caso na empresa Ribeiro Silva Comércio - FAI / Acadêmico. Itaituba: FAI, 2025.

50 f.

Orientador: Prof. Esp. Augusto Cesar Amorim Do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em bacharelado de Ciências Contábeis - Faculdade de Itaituba, 2025.

1. Contabilidade. 2. Serviços. I. Bentes, Emerson I. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2025

EMERSON MOREIRA BENTES

**AUDITORIA INTERNA COMO FERRAMENTA DE APOIO NA
TOMADA DE DECISÃO: Um Estudo de Caso na Empresa P. Ribeiro
Silva Comércio em Itaituba-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Augusto Cesar Amorim Do
Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof. Augusto Cesar Amorim Do Nascimento, Especialista.

Avaliador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____,

Avaliador(a): _____ Nota: _____

Prof. _____,

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba/PA, ____ de março de 2025

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus, que me deu força e saúde para chegar até aqui, guiando-me em cada etapa dessa jornada.

A minha família, meu alicerce, que sempre esteve ao meu lado. Em especial, à minha mãe, Marilene da Silva Moreira, pelo amor, apoio e incentivo incondicional. Ao meu irmão, Dhemerson Moreira Sousa, cuja influência foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos, Zaqueu Aquino Carvalho Menezes, pelo apoio e incentivo constantes, e Emerson Junior Pires, que me ajudou a retomar minha caminhada quando mais precisei.

Aos meus professores, que foram fundamentais na minha formação acadêmica. Um agradecimento especial ao meu orientador, Augusto Cesar Amorim do Nascimento, pela dedicação e orientação ao longo deste trabalho, e a professora Sra. Maria Danielle Lobato Paes, por sua contribuição. Também estendo minha gratidão a toda a direção da faculdade, que, de forma direta ou indireta, me ajudou durante essa trajetória.

A todos vocês, deixo aqui o meu sincero e profundo agradecimento.

*“Uma pessoa inteligente aprende
com seus erros, uma pessoa sabia
aprende com os erros dos outros”*

“Augusto Cury”

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema: Auditoria Interna como ferramenta para tomada de decisão: um estudo de caso na empresa P. Ribeiro Silva Comércio. A auditoria interna é uma área especializada da contabilidade que desempenha um papel fundamental na avaliação dos processos e controles internos, permitindo a identificação de riscos, prevenção de erros e de fraudes. Além disso, fornece informações financeiras e operacionais essenciais para apoiar os gestores na tomada de decisões estratégicas e no controle das operações da empresa. O estudo tem como principal objetivo analisar o papel da auditoria interna na tomada de decisão empresarial, destacando sua contribuição para a organização financeira, controle de estoque e maximização de resultados. Como objetivos específicos, busca identificar fatores que impulsionam o crescimento da empresa e evidenciar a importância da auditoria na tomada de decisões. A pesquisa foi realizada na empresa P. Ribeiro Silva Comércio, utilizando um questionário aplicado à proprietária como instrumento de coleta de dados. Os resultados evidenciam que a auditoria interna é essencial para empresas que buscam transparência, segurança nas operações e melhorias no desempenho interno. Ao estruturar um sistema de controle eficaz, a auditoria não apenas protege o negócio contra perdas e falhas, mas também impulsiona o crescimento e a rentabilidade da organização.

Palavras-chave: Auditoria interna. Tomada de decisão.

ABSTRACT

The final paper is about: Internal Auditing as a tool for decision-making: a case study at P. Ribeiro Silva Comércio. Internal auditing is a specialized area of accounting that plays a fundamental role in the assessment of internal processes and controls, allowing the identification of risks and the prevention of errors and fraud. In addition, it provides essential financial and operational information to support managers in making strategic decisions and controlling the company's operations. The main objective of the study is to analyze the role of internal auditing in business decision-making, highlighting its contribution to financial organization, inventory control and maximization of results. As specific objectives, it seeks to identify factors that drive the company's growth and highlight the importance of auditing in decision-making. The research was conducted at P. Ribeiro Silva Comércio, using a questionnaire administered to the owner as a data collection instrument. The results show that internal auditing is essential for companies seeking transparency, security in operations and improvements in internal performance. By structuring an effective control system, auditing not only protects the business against losses and failures, but also drives the organization's growth and profitability.

Keywords: Internal audit. Decision making.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE.....	9
2.2 AUDITORIA.....	12
2.2.1 Contexto histórico da Auditoria.....	12
2.2.2 Auditoria Interna.....	15
2.3 AUDITORIA EXTERNA (INDEPENDENTE).....	16
2.4 NORMAS E PADRÕES DE AUDITORIA INTERNA.....	17
2.5 PROCESSO DECISÓRIO	18
2.5.1 Tipos de decisão	19
2.5.1.1 Decisões programadas e não programadas.....	20
2.6 CONTROLE INTERNO	21
2.7 GESTÃO DE RISCOS.....	23
2.8 ERROS E FRUDES NA AUDITORIA INTERNA	25
2.9 MELHORIA DOS PROCESSOS DA AUDITORIA INTERNA	27
2.10 AUDITORIA INTERNA COMO APOIO A GESTÃO.....	29
3 METODOLOGIA	32
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	32
3.2 LOCAL DA PESQUISA	33
3.3 SELEÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA.....	33
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	34
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
4.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO	35
4.2 SUGESTÕES DE COMO FAZER AUDITORIA INTERNA NA EMPRESA.....	40
5 CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Auditoria Interna como Ferramenta para Tomada de Decisão: Um Estudo de Caso na Empresa P. Ribeiro Silva Comércio”, discute a importância da auditoria interna na promoção da transparência nos processos de gestão e operações nas empresas, com foco na prevenção, fiscalização e análise das atividades empresariais, ela desempenha um papel decisivo para garantir a conformidade com a legislação vigente, combater a evasão fiscal e criar um ambiente organizacional justo e eficiente.

A medida que as organizações evoluem, a necessidade de controle interno torna-se ainda mais premente, acompanhando o processo de maturação e transformação das empresas. A relação entre o controle interno e a auditoria interna é central nesse cenário, pois o controle interno, voltado para os aspectos administrativos e contábeis, fornece informações indispensáveis que subsidiam os trabalhos de auditoria.

O objetivo geral do estudo é analisar o papel da auditoria interna na tomada de decisões empresariais, destacando sua contribuição para a organização financeira, controle de estoque e maximização de resultados. Como objetivos específicos: identificar fatores que impulsionam o crescimento da empresa e evidenciar a importância da auditoria na tomada de decisões.

A eficácia da auditoria interna se consolida como uma ferramenta de suporte estratégico à gestão, promovendo uma gestão eficiente, segura e alinhada com os objetivos da empresa. Este trabalho busca evidenciar essa relevância, analisando como a auditoria interna pode maximizar a eficiência organizacional e contribuir diretamente para o sucesso empresarial.

O presente estudo de campo apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, que é conduzida por meio de um estudo de campo, coletando informações, usando opiniões e pontos de vista. O instrumento utilizado será um questionário.

Desta forma, este capítulo introdutório apresenta-se o objetivo geral e específico. O segundo capítulo – Fundamentação teórica - postula os autores que abordam a auditoria. O terceiro capítulo descreve a Metodologia da pesquisa. O quarto capítulo descreve o Resultado e discussão, apresentando a análise da pesquisa aplicada com a gestora. Na sequência tem-se a Conclusão do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para realizar esse trabalho foi mostrado na sequência todos os pontos necessários para apoiar essa pesquisa. Dando destaque na fundamentação teórica, que é muito importante para dá suporte ao desenvolvimento desde trabalho, pois e através dela que será adquirida conhecimentos para dar segmento no estudo.

2.1 O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A contabilidade, como ciência, possui uma trajetória milenar que remonta às primeiras civilizações humanas. Segundo Ludícibus (2010), a necessidade de controlar e registrar bens e riquezas já estava presente nas sociedades primitivas, especialmente com o advento da agricultura, quando os povos começaram a acumular excedentes. Os primeiros registros contábeis identificados surgiram na Mesopotâmia, por volta de 4000 a.C., e consistiam em inscrições cuneiformes em tabletes de argila utilizadas para controlar seus rebanhos e estoques.

Ludícibus, Marion e Faria (2018), trazem que mesmo em livros bíblicos, como Jó, considerado um dos mais antigos historicamente, a contabilidade já se apresentava como um elemento muito provável de fazer parte de maneira imprescindível dos acontecimentos narrados, uma vez que Jó era o “homem mais rico do oriente” e seus patrimônios precisavam ser controlados. Segundo os estudos de Santos e Barbosa (2002), possível que a técnica utilizada naquele tempo fosse os chamados “mnemônicos”, estratégia de memorização em que a contabilização era registrada em placas de argila e barro.

Na antiguidade clássica, os egípcios, gregos e romanos desenvolveram sistemas mais sofisticados de controle contábil. De acordo com Sá (2008), os gregos estabeleceram práticas de auditoria pública e prestação de contas que eram realizadas por magistrados e contadores designados para garantir a transparência na gestão dos recursos públicos. Em Atenas, por exemplo, havia um cargo denominado “logista”, responsável por supervisionar as finanças públicas, como as receitas provenientes de impostos e as despesas do governo, e a revisão das contas era uma prática comum.

De acordo com Coelho, Taveira e Botini (1999), a Idade Média foi um período de grande relevância para a ciência em discussão, uma vez que foi nesse espaço de

tempo, com o surgimento de mercantes e melhores estruturas de organizações comerciais que emergiu o sentimento de valor e necessidade às práticas contábeis mediante a entrada e saída dos produtos, do controle dos custos e de quantidades.

Além disso, consoante Alves (2017), foi na Idade Média, em 1494, que o primeiro livro sobre contabilidade fora composto, intitulado de “*Summa de arithmetica, geometria, proportionalita*” e tendo Frei Luca Pacioli como autor e criador do que ficou conhecido como “Método Italiano”, marcando, com isso, a era da sistematização da ciência contábil.

Para Iudícibus, Marion e Faria (2018), a obra obteve uma influência tão grande para a época que a Idade Moderna se iniciou ainda apropriando-se do nome “*Tratado de Luca Pacioli*” e tal importância se deu, principalmente, pois o Método das Partidas Dobradas, utilizado para controlar operações, recebeu destaque.

Com a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, a contabilidade evoluiu para atender às demandas das grandes corporações e sociedades por ações. Conforme Crepaldi (2014), o crescimento do comércio global e o surgimento das normas contábeis internacionais consolidaram a contabilidade como uma ferramenta indispensável para a gestão e a tomada de decisões empresariais.

Segundo Littleton (1966, p. 361)

A contabilidade é relativa e progressiva. Os fenômenos que formam seu objeto estão em constante mudança. Os métodos mais antigos tornam-se menos efetivos em condições alteradas, ideias anteriores tornam-se irrelevantes diante de novos problemas. Assim, as condições circundantes geram novas ideias e estimulam os engenhosos para aconselhar novos métodos. E, como tal, ideias e métodos são bem sucedidos, eles, por sua vez, começam a modificar as condições circundantes.

Em linhas gerais, a citação discorre que a contabilidade é uma área que está em constante evolução, sempre estudando os processos que englobam o patrimônio e as ramificações empresariais, reinventando-se periodicamente, ajustando suas ferramentas e métodos para atender às novas demandas do mercado e da sociedade, tornando-se mais eficientes na execução das funções organizacionais e ajudando a otimizar os processos em todos os departamentos de uma empresa.

Desse modo, a história da contabilidade acompanha a história da civilização como um todo, haja vista que sempre houve a necessidade de contabilizar bens. Não se sabe de forma exata a datação dos primeiros registros, mas como já exposto, desde os sumérios já havia indícios de alguns registros primitivos de pagamentos em

placas de barro. A necessidade de perpetuação e proteção das posses fez surgir esta importante ferramenta que atualmente ultrapassa os paradigmas de simples registros e torna-se cada vez mais importante e ativa dentro das empresas e organizações.

O estudo da história permite conhecer e compreender o passado e toda a evolução decorrente através do tempo, analisar o presente e os aspectos decorridos por meio de cada acontecimento, até a presente data, de modo que possa se melhorar os aspectos futuros. Na contabilidade esse contexto evolutivo não é diferente, estudar a evolução histórica da contabilidade abre o leque da compreensão para a profissão e as influências sofridas desde o surgimento dessa, e como continuar em constante evolução, visando contribuições e melhorias para o futuro.

Como cita Colares (2022), ao longo dos anos a ciência social em pauta deixou de ser considerada “como um método apenas de escrituração de acontecimentos e registros” tornando-se um essencial instrumento de promoção e desenvolvimento de estruturas organizacionais e gerenciais e fundamental ferramenta para sobrevivência dessas entidades.

No Brasil, a contabilidade apresenta um histórico que remete à eventos anteriores correlacionados ao período colonial. De acordo Sá (2008, p.14) “os primitivos habitantes do Brasil deixaram vasta comprovação de sua presença através de incisões e pinturas em lápides e cavernas”.

Conforme indica os estudos históricos e sociais, a história do Brasil se divide em três etapas: período colonial, império e república, desse modo, o primeiro registro de um profissional relacionado a contabilidade a pisar em terras brasileiras ocorreu no período colonial (1.500 d.C.) nas expedições portuguesas, como afirma Sá (2008, p. 20):

Era uso e costume as expedições marítimas possuírem na tripulação um profissional da escrita, a de Cabral trouxe quem seria o primeiro contador estrangeiro a aportar em terras Brasileiras e que foi Pero Vaz de Caminha.

Com o objetivo de registrar as expedições e todas as posses e conquistas que ocorreriam no decorrer dessas viagens, com o sucesso das missões decorridas da chegada no Brasil e com a vinda da família real, demais profissionais da área da contabilidade migraram para o país, com o intuito de cuidar do crescente patrimônio da família real, da nobreza e dos comerciantes como um todo.

Silva e Mercial (2019), apontam que o Brasil, já como colônia, apresentou a

necessidade da atuação da contabilidade mediante o crescimento populacional, o surgimento das primeiras Alfândegas e da utilização de ferramentas para gerir o patrimônio em um contexto de viagens marítimas e exportações do pau-brasil, tendo sido fundamental designar Gaspar Lamego como contador integral da colônia.

Consoante Araújo, et al.(2019), é por meio do que pode se extrair da Carta Régia, a Casa dos Contos era um órgão criado em meados de 1679 com o objetivo de supervisionar e controlar as despesas e receitas estatais. Com a movimentação da coroa portuguesa no Brasil, foi divulgado um alvará que fazia com que todos os contadores da Real Fazenda aplicassem os métodos das partidas dobradas no contexto mercantil e logo após surgiu primeira formação de contadores no Brasil, que possuía no currículo a disciplina “Aula de Comércio da Corte”, esse marco evidencia a tentativa de centralizar e profissionalizar a gestão financeira da época.

Ao longo dos séculos, conforme os estudos de Reis e Silva (2008) o Brasil vivenciou mudanças estruturais significativas, principalmente com a expansão territorial e a formação das primeiras cidades, nesse contexto, emergiu a necessidade de profissionais capacitados para administrar os patrimônios dos senhores de terra, especialmente em um cenário marcado pela economia escravocrata do século XVI. A crescente demanda por registros organizados e precisos – que incluíam desde bens materiais até a contabilização de escravizados – fomentou o surgimento de profissionais que, ainda que não fossem formalmente denominados “contadores”, desempenhavam funções essenciais para a economia da época.

Portanto, de acordo com Colares (2022) o surgimento da contabilidade no Brasil não foi apenas uma resposta às exigências econômicas da Coroa, mas também uma ferramenta indispensável para a organização e manutenção do sistema colonial, esses eventos históricos mostram como a contabilidade se consolidou como um pilar da administração pública e privada, acompanhando a evolução das estruturas sociais e econômicas do país.

2.2 AUDITORIA

2.2.1 Contexto histórico da Auditoria

O termo auditoria deriva do latim *audire* e do inglês *to audit*, trazendo em sua essência o significado de ouvir, examinar, corrigir e certificar, bem como não é um

termo exclusivo da área de contabilidade (WILLIAM, 1998 *apud* GOMES; ARAÚJO; BARBOZA, 2009).

Para Mattos (2017, p.11) identifica a auditoria como “guardiã dos interesses empresariais” pois “busca apoiar as entidades, averiguando a eficácia e eficiência de seus processos internos e das movimentações de seu patrimônio”.

Segundo Crepaldi (2002. p. 3)

De forma bastante simples, pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática, das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

Como afirma Sá (1998), em termos históricos, não há comprovações relacionadas a utilização da auditoria pelos povos primitivos, todavia, há provas arqueológicas sumerianas das quais, datadas por volta de 4.500 anos antes de Cristo, demonstram que registros foram feitos e inspeções foram realizadas nos patrimônios da família real Urukagina especialmente relacionados ao templo sacerdotal sumeriano.

No Egito antigo eram ratificadas as atividades que eram realizadas nas grandes construções, assim como também eram realizadas as verificações de registros que correspondiam a arrecadação de tributos. Assim como o povo egípcio, outros povos também utilizavam da auditoria como ferramenta de análise e investigação acerca dos tributos arrecadados, dentre eles podem ser mencionados os sumérios, os sírios, os romanos e os babilônicos (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002, *apud* SILVA; REIS, 2008).

Já no contexto moderno, Gomes, Araújo e Barbosa (2009), atribuem à Revolução Industrial o marco do desenvolvimento da auditoria como ferramenta sistemática de análise investigativa, nesse período, o crescimento das empresas industriais e o aumento do capital investido tornaram a auditoria indispensável para assegurar a transparência e a confiabilidade das informações financeiras. Com o surgimento das empresas industriais, que estavam em crescimento constante, passíveis de investimentos para o seu desenvolvimento, os investidores precisavam acompanhar o capital que era aplicado nas fabricas, através da auditoria interna realizada, poderiam saber as taxações e os rendimentos, com base no lucro bruto obtido.

Conforme Arens e colaboradores (2019), a auditoria como elemento

fundamental do mercado financeiro e dos contextos empresariais foi chancelada no século XX, quando a prática em específico foi considerada um instrumento significativo a favor da confiabilidade e transparência do processo envolvido e, nessa linha de acontecimentos, o auditor passou a receber atenção como um profissional que controla e garante informações patrimoniais, visando a segurança dos investidores e a integridade das operações corporativas.

De acordo com Simnett e Huggins (2015), crises econômicas e eventos de controvérsias financeiras exerceram grande influência no avanço da auditoria no século XX, uma vez que escândalos envolvendo empresas como a Enron explicitaram a necessidade de maior controle nas auditorias financeiras e de fiscalização adequada, resultando em leis como a Lei Sarbanes-Oxley e outras reformas regulatórias que se atentassem a falhas sistêmicas e a novas formas de aplicar os conhecimentos de auditoria, incluindo auditorias forenses e mais transparentes.

No Brasil, a auditoria apresenta um histórico mais recente, conforme Ricardino e Carvalho (2020), foi comprovado através de registros arqueológicos que a auditoria teve seus primeiros passos em 4.500 a.C. Todavia, a presença da auditoria no Brasil aparece como um evento mais recente, datado em um período que delimitado entre junho de 1899 e dezembro de 1902, quando ocorreu o primeiro parecer emitido por uma organização de auditoria, firmada pela auditoria canadense Clarkson & Cross.

De acordo com os estudos de Campelo (2010), a priori, no contexto brasileiro, via-se somente trabalhos pontuais de auditoria, isto é, cumprindo um papel de auditoria das subsidiárias de empresas estrangeiras, no entanto, com o recebimento de maiores investimentos vindos de fora do país, maior foi a carga de exigência, responsabilidade e autonomia exigida para lidar com as novas demandas de desenvolvimento no Brasil, fazendo com que fossem surgindo os primeiros escritórios de auditoria no país emergente.

Por esse motivo, segundo a Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos (2021), entidades governamentais que servissem como agentes reguladores do processo em questão foram sendo criados, como é o caso da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BACEN), assim como, sendo oportuno mencionar, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e o Decreto-Lei n.º 9.295/46, ou seja, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Por fim, é importante destacar a crítica de Mattos (2017), que argumenta que o verdadeiro motor do avanço da auditoria é sua capacidade de adaptação e inovação,

e não apenas a ocorrência de fraudes. Embora crises financeiras, como o caso Enron, tenham desempenhado um papel importante ao expor falhas e impulsionar regulamentações como a Lei Sarbanes-Oxley, a prática da auditoria transcende seu papel técnico, posicionando-se como uma prática indispensável para a construção de confiança, integridade e eficiência nos sistemas econômicos e organizacionais, respondendo às complexidades crescentes do mercado global.

2.2.2 Auditoria Interna

Consoante Souza (2019), no período atual, tanto no cenário estrangeiro como nacional muitas alterações são feitas nas legislações que regem o país e, nesse contexto, a auditoria interna inseridas nas empresas têm o papel de avaliar se as obrigações da organização estão de acordo com as normas de lei vigente, possuindo a missão de auxiliar a instituição a atingir seus objetivos, adotando uma abordagem independente, estruturada e sistemática para avaliar e melhorar os processos de gestão e controles, buscando diminuir riscos e assegurar a sustentabilidade corporativa.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na norma NBC TI 01, reforça que a auditoria interna envolve exames, análises e avaliações cuidadosamente estruturadas, com o propósito de apoiar a administração no cumprimento de suas metas. Conforme o item 3A, da NBC TA 610 de 2014, o tamanho e a estrutura da organização, os requerimentos da administração e, quando oportuno, os responsáveis pela gestão são todos aspectos que influenciam nos objetivos da auditoria interna e que os tornam variáveis e dependentes.

Conforme Lins (2017, p.11), a depender do objetivo a ser alcançado, a auditoria interna pode ser dividida em contábil, operacional, de *compliance*, de sistemas, fiscal e tributária, de qualidade e ambiental, em que esta última pode, ainda, ser subdividida em “auditoria interna para adequação de procedimentos e normas com fins de melhorias operacionais e de custos” e em auditoria de certificação.

Ribeiro e Coelho (2013), explanam que as práticas relacionadas à função de auditoria interna podem incluir monitoramento do controle interno, que abarca as responsabilidades focadas na revisão dos controles e acompanhamento de sua execução; o exame das informações contábeis e operacionais, que lida com a identificação, classificação e com o ato de reportar informações contábeis e

operacionais, bem como fazer questionamentos específicos sobre pontos individuais, como o teste detalhado de procedimentos, saldos e transações.

Outras atividades, segundo os mesmos autores, englobam, por exemplo, a revisão das atividades operacionais, revisão da conformidade com leis e regulamentos, práticas relacionadas à governança e a gestão de risco em que esta última consiste em auxiliar a organização por meio da avaliação e da identificação de “exposições significativas a riscos e a contribuição para a melhoria da gestão de risco e dos sistemas de controle” (RIBEIRO; COELHO, 2013, p.34)

Para o Instituto de Auditores Internos de Nova York, a auditoria interna traz em seu conceito a responsabilidade de avaliação independente, inserida no contexto organizacional, que conta com a revisão da contabilidade e outras operações envolvidas no serviço à Administração.

Em síntese, a auditoria interna não revisa apenas as práticas contábeis, mas também outras operações ligadas à administração, além disso, conforme Attie (2018, p. 334), sua finalidade é “assessorar a administração no desempenho eficiente de suas funções, fornecendo-lhe análise, avaliações, recomendações e comentários sobre as atividades auditadas”, assim, a auditoria interna vai além da identificação de falhas, configurando-se como uma ferramenta estratégica que promove eficiência, fornece recomendações e fortalece a tomada de decisões.

2.3 AUDITORIA EXTERNA (INDEPENDENTE)

Para Lins (2017), a Auditoria externa é aquela que é feita por uma empresa independente que não tem vínculo empregatício com a empresa auditada, que pode ser contratada para fazer uma auditoria permanente ou eventual e em que o auditor externo precisa manter total independência, não podendo em hipótese alguma aceitar que a empresa imponha procedimentos a serem seguidos durante a auditoria ou influencie as conclusões alcançadas e, além disso, auditoria externa busca expandir o nível de confiabilidade nas demonstrações contábeis por parte dos seus usuários. Para este mesmo autor:

Nesse sentido, compreende expressar uma opinião através da emissão de um relatório sobre as demonstrações contábeis da empresa auditada no(s) período(s) sob exame e assegurar que estas foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as normas brasileiras de Contabilidade e legislação específica aplicáveis (LINS, 2017, p.11).

Isto é, é imprescindível que o auditor analise as demonstrações contábeis (como balanços, demonstrações de resultado, etc.) da empresa e, após isso, emita um relatório que expressa sua opinião sobre essas demonstrações, servindo essencialmente para informar aos usuários dos elementos analisados, como investidores e autoridades, sobre a confiabilidade dessas demonstrações, garantindo que as normas contábeis brasileiras foram seguidas e a legislação referente respeitada.

As Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a NBC TA 001, orientam sobre os procedimentos técnicos que devem ser seguidos na auditoria independente, com o objetivo de emitir uma opinião acerca da conformidade das demonstrações contábeis com as práticas adotadas no Brasil e a legislação vigente. Embora o foco principal seja a análise dessas demonstrações, as empresas de auditoria externa também realizam outras auditorias específicas, como as de sistemas de informação, pequenas empresas e recursos humanos.

De acordo com Melo (2021), a relação entre a auditoria externa e a interna é relevante, já que, apesar de atuarem em níveis distintos, ambas buscam proteger a organização, assim. Assim, torna-se essencial que haja uma comunicação eficiente entre elas, de modo a evitar a duplicidade de esforços e potencializar a eficácia dos processos. Portanto, a cooperação entre as duas auditorias fortalece a governança organizacional e contribui para a eficiência das práticas de controle.

2.4 NORMAS E PADRÕES DE AUDITORIA INTERNA

De acordo com NBC TI 01, a auditoria Interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho, bem como a auditoria interna desempenha um papel importante ao auxiliar a administração na prevenção de fraudes e erros.

É fundamental que a auditoria mantenha a administração informada, de maneira reservada e por escrito, sobre qualquer indício ou confirmação de irregularidades que possa identificar durante seu trabalho. Essa prática não apenas fortalece os controles internos, mas também promove um ambiente de transparência

e responsabilidade nas operações da entidade (SILVA *et al*, 2023).

De acordo com a NBC TI 01, a Auditoria Interna deve atuar como um suporte à administração, contribuindo para a prevenção de fraudes e erros, além disso, o planejamento da Auditoria Interna envolve a realização de exames preliminares nas áreas, atividades, produtos e processos da entidade. Esse processo é fundamental para determinar a abrangência e o momento adequado para a execução dos trabalhos, sempre em conformidade com as diretrizes definidas pela administração da organização.

Consoante a Resolução CFC nº 986 de 21/11/2003, os procedimentos da Auditoria Interna consistem em uma série de exames e investigações, que incluem tanto testes de observância quanto testes substantivos. Esses procedimentos têm como objetivo fornecer ao auditor interno informações suficientes para embasar suas conclusões e recomendações à administração da entidade, garantindo que as decisões tomadas estejam bem fundamentadas e sejam eficazes para o controle e aprimoramento dos processos organizacionais.

O contador, ao atuar como auditor interno, deve assegurar que seu nível de competência profissional seja mantido por meio da atualização constante em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade, esse aprimoramento deve incluir não apenas o domínio de técnicas contábeis da auditoria, mas também o conhecimento aprofundado das legislações aplicáveis à profissão e à empresa. Além disso, conforme estabelece a NBC PI 01, é igualmente necessário o domínio de conceitos e técnicas administrativas, os quais são indispensáveis para uma atuação eficaz e alinhada às melhores práticas organizacionais.

2.5 PROCESSO DECISÓRIO

Conforme a doutrina de Chiavenato (2014), a tomada de decisão é um dos pilares centrais da administração e da auditoria interna, sendo fundamental para o funcionamento eficiente e eficaz de qualquer organização. Em um ambiente corporativo dinâmico e complexo, as decisões precisam ser tomadas de maneira estratégica, levando em consideração não apenas os objetivos de curto prazo, mas também os desafios de longo prazo que a organização enfrenta.

No contexto da auditoria interna, o processo decisório assume um papel ainda mais relevante, pois envolve a avaliação contínua de processos, controles, riscos e a

conformidade com normas e regulamentos. O auditor, em sua função, é constantemente desafiado a tomar decisões que afetam diretamente a saúde financeira e operacional da organização. A auditoria interna é um elemento estratégico no suporte às decisões empresariais, contribuindo para a identificação de riscos, a melhoria dos controles internos e o fortalecimento da governança corporativa.

Attie (2020), apresenta que a auditoria interna tem a função de fornecer uma avaliação independente sobre a eficácia dos processos organizacionais, permitindo que os gestores tomem decisões mais precisas e alinhadas aos objetivos estratégicos.

Além da análise técnica, a clareza na comunicação e o compromisso ético são indispensáveis no processo decisório. Segundo Crepaldi (2021), os relatórios de auditoria devem ser objetivos e transparentes, apresentando informações que sejam compreendidas por todos os níveis da organização. Isso fortalece a confiança dos stakeholders e a legitimidade das recomendações da auditoria.

De acordo com Bazzotti e Garcia (2006), a tomada de decisão nas organizações é um processo complexo que envolve diferentes condições que afetam o grau de previsibilidade e os resultados das escolhas dos gestores. Os autores definem três estados fundamentais que influenciam essas decisões: o estado de certeza, o estado de incerteza e o estado de risco. Decisões tomadas em condições de certeza têm maior previsibilidade, enquanto decisões sob risco ou incerteza demandam análises mais robustas, devido à falta de informações completas ou previsões precisas.

Sendo assim, a tomada de decisão é essencial tanto na administração quanto na auditoria interna, emergindo como elemento fundamental que proporciona a eficiência e a eficácia organizacional, uma vez que a auditoria interna surge com estratégias que identificam riscos e melhora controles, fortalecendo a governança corporativa e resultando na comunicação mais efetiva e no compromisso ético estabelecido, refletindo num processo de tomada de decisão mais assertivo e seguro.

2.5.1 Tipos de decisão

Conforme destaca Penha (2017), a tomada de decisão é um processo complexo e multifacetado, que está no centro das atividades organizacionais e que, em essência, consiste na escolha de uma entre várias alternativas, com o objetivo de resolver um problema, atender a uma necessidade ou alcançar um objetivo específico,

tratando-se de processo crucial em todos os níveis organizacionais, desde as decisões cotidianas tomadas por colaboradores até as decisões estratégicas formuladas pelos altos executivos, isto porquê a tomada de decisão envolve a análise de informações, a consideração de várias alternativas e a avaliação dos riscos e benefícios de cada uma.

Além disso, de acordo com Chiavenato (2014), as decisões podem ser classificadas em programadas ou não programadas, dependendo da previsibilidade e da estruturação do problema a ser resolvido. Nesse sentido, as decisões programadas são aplicáveis a situações rotineiras e estruturadas, enquanto as decisões não programadas, por sua vez, demandam criatividade e julgamento para lidar com problemas novos e inesperados.

2.5.1.1 Decisões programadas e não programadas

Mendonça (2011) aborda que em organizações bem estruturadas, as decisões programadas são frequentemente utilizadas, pois os problemas são conhecidos e possuem soluções sistemáticas, geralmente baseadas em regras e procedimentos padronizados. Essas decisões são tomadas com base em dados e informações que já estão disponíveis e são analisadas com regularidade.

Bazzoti (2006), por sua vez analisa que, no contexto da auditoria interna, por exemplo, as decisões programadas podem envolver auditorias periódicas que seguem um conjunto fixo de normas e processos, como as auditorias de conformidade fiscal ou as auditorias financeiras anuais, onde os auditores utilizam roteiros bem definidos para realizar suas avaliações. Como essas auditorias são regulares, as abordagens e os métodos empregados já são conhecidos e estabelecidos, tornando a decisão mais direta e de baixo risco.

Logo, pode-se apreender que as decisões programadas estão inerentes ao que acontece em organizações bem estruturadas, já que regras e procedimentos sistemáticos baseiam soluções sistemáticas de problemas subsistentes nesses ambientes. No entanto, é possível compreender que estes casos de decisões e problemas bem pontuados não abrangem todo o processo que envolve a tomada de decisão.

Conforme Chiavenato (2006), embora as decisões programadas sejam adequadas para problemas recorrentes e bem definidos, a tomada de decisão em um

ambiente organizacional não se limita a essas situações. As organizações enfrentam uma variedade de problemas inesperados e desafiadores, nos quais as soluções não são tão claras ou predefinidas. É nesse contexto que as decisões não programadas se tornam essenciais, sendo discutidas na sequência, dado que envolvem uma abordagem mais flexível e analítica para lidar com a incerteza e a complexidade.

As decisões não programadas são aquelas que surgem em contextos de alta complexidade e incerteza, em que não há um conjunto de procedimentos ou soluções predefinidas para resolver o problema. De acordo com Chiavenato (2014), essas decisões estão relacionadas a situações excepcionais, únicas ou inesperadas, que exigem uma análise aprofundada e uma abordagem mais flexível por parte do tomador de decisão. Ao contrário das decisões programadas, que envolvem problemas rotineiros e previsíveis, as decisões não programadas envolvem problemas novos, mal estruturados ou emergentes, que demandam criatividade, julgamento e adaptação para a resolução.

No contexto da auditoria interna, as decisões não programadas são particularmente relevantes, pois lidam com situações que não podem ser resolvidas apenas com base em processos estabelecidos. Por exemplo, quando surgem fraudes ou irregularidades significativas nos controles internos de uma organização, os auditores internos não podem seguir um procedimento padronizado, eles precisam investigar, avaliar as alternativas e agir rapidamente para minimizar os danos à organização.

Desse modo, conforme os estudos de Sobral e Peci (2013), essas circunstâncias demandam que os auditores utilizem sua experiência em conjunto com uma sólida capacidade analítica, essa habilidade é essencial para avaliar riscos, interpretar dados frequentemente imprecisos e tomar decisões que podem impactar significativamente a estratégia organizacional. Assim, tais competências não apenas se mostram indispensáveis, mas também são determinantes para assegurar respostas ágeis e eficazes, além de proteger os interesses e a integridade da organização.

2.6 CONTROLE INTERNO

De acordo com Attie (2011), o controle interno desempenha um papel crucial nas empresas, pois é raro encontrar uma organização que não utilize algum tipo de

controle para assegurar a continuidade das operações e a confiabilidade das informações geradas. Sem esses controles, torna-se desafiador para os gestores tomarem decisões adequadas, especialmente quando as informações disponíveis são incertas ou pouco confiáveis.

Segundo Souza (2019), as empresas devem adotar formas de controle que atendam às suas necessidades, garantindo a confiabilidade e conformidade dos seus processos. O controle interno é uma parte essencial de cada módulo operacional, funcionando como um conjunto de processos, políticas e procedimentos voltados para a proteção dos ativos, a garantia da confiabilidade das informações financeiras e operacionais, a conformidade com as leis e regulamentações, e a eficácia na execução das operações. No contexto da auditoria interna, o controle interno assume um papel fundamental, pois possibilita aos auditores avaliar e monitorar os riscos que a organização enfrenta, além de identificar áreas de vulnerabilidade e propor medidas corretivas ou preventivas.

Ainda conforme Souza (2019), para garantir a conformidade e a confiabilidade dos processos, é fundamental que as empresas adotem sistemas de controle que atendam às suas necessidades. O controle interno deve estar integrado a cada área operacional da organização, assim como às práticas de gestão e aos procedimentos, formando um conjunto de mecanismos essenciais para o bom funcionamento da empresa.

Na fase de planejamento dos trabalhos de auditoria interna, é essencial realizar a análise de riscos, considerando a possibilidade de não se alcançar, de maneira satisfatória, os objetivos propostos. A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TI 01, que trata da auditoria interna, destaca a importância de avaliar diversos aspectos nesse processo, de modo a garantir a efetividade dos trabalhos e a minimização dos riscos envolvidos. Esse procedimento é fundamental para assegurar que os objetivos da auditoria sejam atingidos com qualidade e precisão.

Segundo Pereira (2006), controle interno envolve a implementação de práticas que visam prevenir e detectar erros ou fraudes, além de garantir que os processos da organização sejam realizados de forma eficaz e eficiente. O autor explica que a gestão de riscos é uma das funções centrais do controle interno, pois permite identificar, avaliar e mitigar os riscos que podem afetar os objetivos da organização.

Dessa forma, pode-se afirmar que o controle interno é um pilar indispensável para a governança corporativa e a sustentabilidade organizacional, pois o controle

interno não se limita a reagir a problemas já existentes, mas adota uma postura proativa, que visa antecipar riscos e minimizar seus impactos negativos, protegendo não apenas a operação da empresa, mas fortalecendo a tomada de decisões estratégicas e a confiança de investidores.

2.7 GESTÃO DE RISCOS

De acordo com Pereira e Silva (2018), a gestão de riscos é o processo contínuo de identificação, avaliação e mitigação dos riscos que podem impactar os objetivos de uma organização. A gestão de riscos no controle interno envolve a implementação de processos estruturados que permitem identificar potenciais ameaças à operação da empresa, avaliar a probabilidade de ocorrência desses riscos e implementar controles adequados para mitigá-los. O objetivo é assegurar que os riscos sejam gerenciados de forma eficaz, para que a organização alcance seus objetivos de negócios com maior segurança.

A gestão de riscos em auditoria, conforme Crepaldi (2009), envolve um processo estruturado e contínuo de identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos presentes na organização auditada. O primeiro passo é a identificação dos riscos, que visa detectar áreas com maior probabilidade de problemas, como fraudes, erros contábeis e não conformidades. Após identificar os riscos, o auditor realiza a avaliação, analisando a probabilidade de ocorrência e o impacto desses riscos, com o objetivo de focar os esforços nas áreas mais críticas.

Ainda conforme o autor, a partir dessa avaliação, o auditor planeja a auditoria, priorizando as áreas de maior risco e adaptando o plano conforme novos riscos surgem ou as condições mudam, bem como recebe destaque também a importância da avaliação dos controles internos da organização, uma vez que controles eficazes ajudam a mitigar os riscos identificados, assim, o auditor deve analisar a adequação e a eficácia desses controles, sugerindo melhorias quando necessário.

Durante a execução da auditoria, o auditor deve estar preparado para responder aos riscos que se materializam, ajustando sua abordagem conforme necessário. Além disso, é fundamental que toda a gestão de riscos seja documentada e comunicada de forma clara à administração, especialmente quando riscos significativos podem afetar a operação da empresa.

Segundo Crepaldi (2009, p. 355)

para reduzir possibilidades de desvio destaca-se a importância do sistema de provas surpresas (sistema preventivo) realizado pela auditoria. Esta falta de atitude preventiva de auditoria, mesmo que localizada, tenha sido um ônus para que as empresas estejam pagando caro.

Em outros termos, pode-se compreender que a implementação de auditorias surpresas pode reduzir significativamente as possibilidades de desvios ou fraudes dentro de uma empresa. Ao não adotar essas medidas preventivas, as empresas podem acabar enfrentando altos custos devido a fraudes não detectadas ou outros problemas financeiros que poderiam ter sido evitados.

De acordo com Souza (2022), no âmbito das auditorias baseadas em riscos, é fundamental distinguir entre os riscos inerentes ao objeto auditado e os riscos decorrentes da própria atividade de auditoria. Os riscos gerais incluem questões como a alocação inadequada de recursos humanos, materiais, financeiros ou tecnológicos; definição de prazos incompatíveis com a complexidade do trabalho; supervisão e controle de qualidade insuficientes; falhas no entendimento do objeto auditado; e interpretações equivocadas dos critérios de auditoria. A mitigação desses riscos exige respostas estratégicas que incluem a designação de profissionais qualificados, com conhecimento e disponibilidade adequados à natureza do trabalho, supervisão intensificada e um conhecimento aprofundado tanto do objeto auditado quanto dos critérios de auditoria aplicáveis.

Por outro lado, conforme Pereira e Silva (2018), os riscos específicos estão relacionados aos riscos inerentes e aos controles associados às atividades ou transações do objeto auditado. Eles demandam respostas personalizadas na forma de procedimentos específicos, voltados a mitigar o risco de emissão de um relatório inadequado, com conclusões ou opiniões incorretas.

Nesse contexto, o planejamento de procedimentos de auditoria deve considerar os riscos avaliados como significativos em nível de atividades. A responsabilidade por essas respostas recai sobre a equipe de auditoria, especialmente os supervisores e coordenadores, que devem garantir uma execução criteriosa e eficiente dos trabalhos. Assim, a adequada identificação e gestão dos riscos específicos não apenas fortalecem a confiabilidade dos relatórios emitidos, mas também consolidam a qualidade do processo de auditoria como um todo.

2.8 ERROS E FRUDES NA AUDITORIA INTERNA

O Conselho Federal de Contabilidade (2003, p.3) define fraude e erro:

O termo "fraude" aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários. O termo "erro" aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

Em outras palavras, o CFC define que fraude se refere a atos intencionais de manipulação ou adulteração de informações, registros ou demonstrações contábeis, visando enganar ou obter vantagens indevidas. Já o erro caracteriza-se como uma ação não intencional, resultante de omissões, desatenção ou desconhecimento durante a elaboração de registros e relatórios.

Conforme Crepaldi (2011), fraudes são caracterizadas como "atos deliberados para enganar ou manipular informações financeiras com o objetivo de obter benefícios ilícitos". Esse conceito destaca a intencionalidade das ações fraudulentas, que comprometem diretamente a integridade das demonstrações financeiras e a confiabilidade dos processos organizacionais.

Por outro lado, Oliveira (2016), destaca que os erros, ao contrário das fraudes, são não intencionais e se dividem em três categorias: erros de execução, causados por falhas nos processos; erros de julgamento, decorrentes de decisões baseadas em informações imprecisas; e erros de comunicação, resultantes de falhas na transmissão de informações. Apesar de sua natureza não intencional, esses erros afetam a eficiência organizacional, evidenciando a importância de capacitação, supervisão e melhoria contínua dos processos internos.

De acordo com Attie (2006), as fraudes podem ser classificadas em diferentes tipos, conforme sua natureza e impacto nos registros contábeis e no controle interno. A fraude não encoberta ocorre quando o responsável manipula ou esconde a fraude, mas sem causar grandes danos aos registros, frequentemente devido ao enfraquecimento dos controles internos. Já as fraudes encobertas temporariamente são aquelas em que, embora a fraude ocorra, ela não afeta imediatamente os registros

contábeis, sendo uma tentativa de ocultação de curto prazo. Por fim, as fraudes encobertas permanentemente envolvem a alteração dos dados e informações nos registros contábeis e arquivos, com o objetivo de mascarar a fraude de maneira definitiva, dificultando sua detecção a longo prazo.

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que a fraude é caracterizada como uma ação deliberada e intencional, com o propósito de causar danos a outra parte ou obter vantagem indevida. Essa prática abrange uma série de atos ilícitos, como a violação de documentos, alteração fraudulenta de informações, omissão de receitas ou despesas, e outros comportamentos criminosos associados à falsificação e manipulação de dados. Tais ações visam enganar, ocultar a verdadeira natureza dos fatos e distorcer a realidade financeira, com o intuito de obter benefícios pessoais ou corporativos de forma ilegítima (LIMA; DA SILVEIRA; BARBOSA, 2014).

O conceito de erros segundo a Comissão de Valores mobiliários (CMV) CPC 23 (2009, p.2):

[...] são omissões e incorreções nas demonstrações contábeis da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação confiável que: (a) estava disponível quando da autorização para divulgação das demonstrações contábeis desses períodos; e (b) pudesse ter sido razoavelmente obtida e levada em consideração na elaboração e na apresentação dessas demonstrações contábeis.

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), erros são omissões ou incorreções nas demonstrações contábeis de períodos anteriores, decorrentes do não uso ou uso inadequado de informações confiáveis. Esse conceito enfatiza a importância de um processo contábil preciso e rigoroso para garantir a integridade e a transparência das informações financeiras.

De acordo com a Resolução nº 700 do Conselho Federal de Contabilidade (1997), a responsabilidade pela prevenção de erros e fraudes é, antes de tudo, da administração da organização, isso inclui a implementação e a manutenção de um sistema contábil robusto, acompanhado de controles internos eficazes.

Nesse contexto, o papel do auditor é fundamental, ele deve desenvolver e aplicar métodos específicos que permitam identificar possíveis erros e fraudes, os quais, se não detectados, podem gerar distorções significativas nas demonstrações contábeis, essas distorções comprometem a veracidade dos resultados financeiros da empresa, afetando sua credibilidade e a confiança dos stakeholders. Portanto, a

atuação diligente do auditor é imprescindível para assegurar que a transparência e a precisão das informações contábeis sejam preservadas.

2.9 MELHORIA DOS PROCESSOS DA AUDITORIA INTERNA

A melhoria nos processos de auditoria empresarial tem se tornado uma preocupação crescente em ambientes corporativos dinâmicos e sujeitos a constantes mudanças regulatórias e tecnológicas. As práticas de auditoria devem evoluir para atender às novas demandas do mercado, aos avanços tecnológicos e aos riscos emergentes. Na contemporaneidade, várias abordagens têm sido adotadas para aprimorar a eficiência, a eficácia e a qualidade da auditoria nas empresas (ALMEIDA, 2018).

De acordo com a NBC TI 01, os papéis de trabalho na auditoria interna devem ser elaborados de forma que proporcionem uma compreensão clara do processo. Isso inclui detalhar o planejamento, a natureza e o momento adequado dos procedimentos aplicados, bem como a extensão das atividades realizadas. Além disso, é essencial que esses documentos reflitam o julgamento profissional exercido e sustentem as conclusões alcançadas, assegurando a consistência e a transparência do trabalho desenvolvido pelo auditor.

A auditoria interna desempenha um papel essencial no suporte à administração, especialmente na prevenção de fraudes e erros. Conforme as diretrizes da NBC TI 01, é fundamental que o auditor comunique à administração, por escrito e de forma confidencial, quaisquer indícios ou comprovações de irregularidades identificadas durante o trabalho.

O uso de tecnologia tem se tornado uma ferramenta indispensável na melhoria dos processos de auditoria. Crepaldi (2011), destaca que a adoção de ferramentas como softwares de auditoria e sistemas de análise de dados pode otimizar o trabalho dos auditores, permitindo uma análise mais rápida e precisa de grandes volumes de informações. O uso de Big Data, Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning tem possibilitado a automação de tarefas repetitivas, como a verificação de transações financeiras, a análise de conformidade e a identificação de padrões de risco.

Segundo O'Brien (2002), um dos valores estratégicos da TI é sua capacidade de promover melhorias significativas nos processos operacionais e gerenciais. Enquanto os processos operacionais ganham em eficiência, os gerenciais tornam-se

mais eficazes, contribuindo diretamente para a redução de custos, a melhoria da qualidade e do atendimento ao cliente, além do desenvolvimento de novos produtos e serviços. Essa integração permite que as empresas reavaliem e aprimorem suas atividades, alinhando-as às demandas de um mercado em constante evolução.

Ademais, ainda conforme o autor, a implementação da tecnologia na auditoria aumenta a confiabilidade das análises e proporciona insights aprofundados sobre os controles internos, reduzindo o tempo necessário para a execução das auditorias e permitindo que os auditores se concentrem em questões estratégicas. Além disso, softwares de automação, como ERPs e ferramentas de monitoramento contínuo, facilitam o acompanhamento das operações, eliminando tarefas repetitivas e melhorando a rastreabilidade e a transparência das atividades auditadas.

As normas ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e ISO 37301 (Sistema de Gestão de Compliance) preveem a realização de auditorias internas em intervalos planejados, com o objetivo de fornecer informações sobre a eficácia dos sistemas de gestão implementados. Os relatórios gerados por essas auditorias são ferramentas importantes para análise crítica pela alta direção, identificando oportunidades de melhoria e oferecendo suporte para decisões estratégicas que podem resultar em mudanças significativas na organização.

De acordo com The IIA (2021), diversos métodos podem ser utilizados para avaliar a efetividade do sistema de integridade de uma organização, entre os mais destacados estão: (1) a abordagem integrada, na qual os auditores analisam os componentes do programa de integridade durante as auditorias, proporcionando uma visão contínua e contextualizada; (2) a abordagem direcionada, que foca em processos-chave e controles específicos relacionados às ações anticorrupção, realizando testes detalhados com base em amostragem para identificar pontos críticos; e (3) a avaliação de cima para baixo (top-down), que investiga as medidas anticorrupção desde a alta liderança até os níveis operacionais, garantindo que as políticas e práticas sejam eficazmente implementadas em toda a organização.

Essas abordagens, quando implementadas de maneira eficaz, não só proporcionam uma visão abrangente e detalhada dos sistemas de compliance e integridade, como também desempenham um papel fundamental no aprimoramento contínuo desses sistemas. A análise contínua das práticas de integridade permite identificar lacunas, ajustar estratégias e implementar melhorias de forma ágil, fortalecendo a governança corporativa e o compromisso da organização com a ética.

Além disso, essas avaliações ajudam a prevenir práticas de corrupção e garantir que a organização esteja alinhada com as normas legais e regulatórias, promovendo uma cultura organizacional de transparência, responsabilidade e conformidade, o que é essencial para a manutenção da confiança dos stakeholders e para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

2.10 AUDITORIA INTERNA COMO APOIO A GESTÃO

Ribeiro (2019, p.2), discute que “cada vez mais, as Organizações têm necessidade de se reinventar e tomar as decisões mais assertivas contribuindo para o crescimento da Organização assim como para o crescimento sustentado”, isto é, com mercado cada vez mais competitivo e com mudanças nas obrigações governamentais, as organizações enfrentam desafios contínuos em suas práticas de gestão por conta das condições competitivas e das demandas de regulamentação.

Nesse sentido, Filó, Pereira e Costa (2020), explanam que, para alcançar a sustentabilidade, elas precisam constantemente ajustar suas estratégias, tanto para atender às exigências do mercado quanto para seguir as normas impostas pelo governo, o que torna o processo de gestão mais completo e competitivo. Utilizando-se da auditoria interna, o comportamento e o desempenho de empresas são envolvidos por um processo de avaliação que garante a sobrevivência dessas entidades nesse cenário.

O The Institute of Internal Auditors (2017), aponta que tais atividades são imprescindíveis pois, como já narrado, a auditoria abrange a análise de todos os elementos que controlam o patrimônio administrado, como registros contábeis, documentos, fichas e arquivos que comprovam a veracidade e legitimidade das operações da administração e, além disso, é possível no processo de registro e comunicação dos resultados, respectivamente, a inclusão de informações não documentadas e apresentações de resultados escritas ou verbais.

“Na execução dos trabalhos de auditoria, o profissional buscará em campo as informações relevantes e consistentes que, após análise possibilitará a identificação das evidências de auditoria” (SOUZA, 2019, p. 66) durante o processo de análise de auditoria, o auditor tem como finalidade buscar informações relevante e consistentes no campo, que após análise, permitirão a identificação de evidências que sustentem suas conclusões e recomendações.

Para Gil, Arima e Nakamura (2013, p.8):

a auditoria da gestão dos negócios privados ou governamentais, visam alcançar as decisões/recomendações ótimas para a melhor qualidade do controle interno por meio do estudo do risco associado às contingências e com o concomitante tratamento de suas causas e efeitos

Isto é, a auditoria trata-se daquela que confere credibilidade às demonstrações contábeis e às informações nelas contidas, assegurando que os dados apresentados reflitam de forma fiel a realidade financeira e patrimonial da organização. Assim sendo, a utilização da auditoria interna nas organizações promove ações de grande relevância para a tomada de decisões, bem como dá suporte na identificação de “fraudes e erros nos processos operacionais, além de testar os controles internos, avaliando a sua eficácia” (ARALDI, 2019).

Batista e Paula (2021), discutem que, contando com a integralidade das mudanças envolvidas no âmbito corporativo em virtude da globalização e da competitividade envolvida nesse processo que cada vez mais emerge em uma proporção maior, é de extrema relevância que os administradores procurem instrumentos que viabilizem o controle das organizações e que, por esta causa, as atividades relacionadas à auditoria interna passaram a ser uma parte fundamental das empresas modernas.

A auditoria interna possui muitos benefícios, mas de maneira essencial prioriza que os sócios ou proprietários possuam um maior controle e melhor compreensão de sua empresa, atestando a uniformização e dando mais qualidade ao processo, uma vez que em tempos em que fraudes e desvios, ora sobre valores ora sobre conduta, “a função de auditoria interna é um instrumento de combate, ao analisar, controlar, avaliar, comparar e como decorrência, dando bons rumos ao futuro de qualquer companhia” (BATISTA E PAULA, 2021, p. 30).

A auditoria interna, portanto, nesse processo de apoio a gestão, destaca-se sabendo que sua presença fortalece não somente a governança corporativa, mas engloba a segurança e uma defesa robusta contra irregularidades, promovendo a confiança e a sustentabilidade organizacional. Considera-se, dessa forma, que a empresa que busca um desenvolvimento sustentável e adaptação em um mercado global competitivo não pode jamais dispensar as práticas de auditoria interna.

Imoniana (2019 *apud* NUNES; CASTRO, 2020) estabelece que a relação entre auditar e verificar o controle interno resulta no dever da auditoria de cumprir tais ações

nos sistemas contábeis e de políticas administrativas mediante os recursos da auditoria interna e, ainda, refere-se a estar como tendo o poder de revisar, de comparecer em audiências judiciais, apoiar processos judiciais, de ajuste ou balanço de contas.

SEBRAE (2017), destaca a importância da auditoria interna na tomada de decisões, por meio da análise dos controles internos, uma vez que tal análise lida diretamente com fatos. Isso se evidencia ao observar que se tornou comum a postura de gestores contarem com a auditoria interna para analisarem as ações que estão sendo promovidas em suas empresas, buscando um nível maior de operacionalidade.

Batista (2012), ressalta que, ao longo do tempo, os eventos que consolidaram a auditoria interna demonstraram sua necessidade em diversos contextos organizacionais, sociais, políticos, econômicos e de comunicação em todo o mundo. Esse progresso tornou-se fundamental para estabelecer a auditoria como uma ferramenta indispensável na gestão das organizações, garantindo maior transparência, eficiência e conformidade nos processos.

Dessa forma, a auditoria se consolida não apenas como um mecanismo de controle, mas também como uma ferramenta fundamental para a ética corporativa, a mitigação de riscos e o alinhamento estratégico da organização. Ao oferecer uma visão imparcial das operações, ela ajuda a identificar riscos, oportunidades de melhoria e não conformidades, promovendo eficácia e transparência, além disso, assegura a precisão das informações financeiras, fortalecendo a confiança da operação e contribuindo para a sustentabilidade organizacional.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A metodologia do presente estudo é caracterizada como bibliográfica e descritiva, através de um estudo de campo empregado de uma abordagem qualitativa e quantitativa, que consegue investigar a intersecção entre a Auditoria Interna e a tomada de decisão em uma empresa localizada em Itaituba, Pará.

Gil (2002, p. 44) ressalta que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa.

Um estudo deve ser elaborado embasado em livros e outros materiais existentes que fundamentam o tema proposto, essa prática formula o problema da pesquisa de forma clara ajudando os pesquisadores a preencherem lacunas acerca de duvidas existentes.

O estudo baseia-se na pesquisa descritiva, abrangendo diretamente um estudo de campo através de um questionário apresentado com o intuito de obter respostas para a formulação dos resultados, o mesmo é composto de dados textuais.

Sobre isso, Gil (2002, p. 42) conceitua:

São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Há uma ampla variedade de estudos que podem utilizar como coleta de dados o questionário, ou seja, é um padrão entre os pesquisadores. O mesmo é uma técnica que utiliza perguntas predefinidas devendo manter a consistência em seu conteúdo. As perguntas devem ser estruturadas de maneira que o/a entrevistado/a as respondam com clareza. A partir daí é onde tem-se uma análise para quando houver um entrevistado e uma comparação quando houver dois ou mais participantes.

Ainda conforme Gil (2002, p. 53), “o estudo de campo apresenta algumas vantagens em relação aos levantamentos. Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos”. Neste caso foi utilizado o questionário como opção para adquirir as informações necessárias que complementam fundamentalmente o trabalho.

Por sua vez, Creswell (2018), revela que a pesquisa qualitativa é um método que explora de forma mais aprofundada assuntos complexos que não podem ser descritos em números e necessitam de uma análise de experiências e perspectivas individuais dos participantes. Isso quer dizer que ao escolher esse método tende-se a ter respostas mais particulares, que estão relacionadas às vivências dos participantes. Já a quantitativa de acordo com Gil (2002), possibilita a perspectiva dos acontecimentos através de dados numéricos, isso a torna importante pois pode ser utilizado em várias áreas do saber humano, como por exemplo na administração de uma empresa.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na P. Ribeiro Silva Comércio, localizada na 17ª rua, esquina com a Transamazônica. A empresa atua no mercado desde 30 de setembro de 2015 e tem como principal atividade vendas de peças e equipamentos para mineração e motores em geral.

Após utilizar da pesquisa bibliográfica para obtenção de recursos literários, houve pesquisa de campo, que segundo Gil (2017), tem o objetivo de obter informações diretamente de onde ocorrem os acontecimentos estudados, ou seja, possui abordagem direta com o ambiente em que os fatos ocorrem. Isso possibilita o pesquisador a ter uma visão geral e contextualizada da problemática estudada, evidenciando os dados de maneira incorporada e essencialmente relevantes.

3.3 SELEÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

A gestora responsável pela pesquisa participou por meio de um questionário estruturado, abordando aspectos da auditoria interna como ferramenta de apoio na tomada de decisão.

A gestora questionada possui 15 anos de experiência na área e ocupa o cargo de proprietária da empresa. Os resultados obtidos demonstram que a auditoria interna não é uma prática adotada regularmente pela organização. Segundo a gestora, a auditoria interna é utilizada apenas quando há indícios de mercadorias ou notas fiscais com possíveis lançamentos incorretos.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, composto por oito perguntas direcionadas à gestora da loja de vendas de peças e motores, localizada no município de Itaituba-Pará. O questionário foi aplicado no dia 5 de fevereiro de 2025 e as respostas foram devolvidas no dia 8 de fevereiro de 2025.

O método de coleta utilizado é fundamental para a pesquisa, pois permite que os objetivos do estudo sejam fundamentados de maneira concreta, garantindo a validade e a confiabilidade das informações obtidas. As perguntas aplicadas no questionário foram subjetivas, com o intuito de explorar de forma mais profunda as opiniões da gestora sobre auditoria interna como ferramenta de apoio na tomada de decisão na empresa.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Moreira (2019), o objetivo principal da análise de dados de determinada fonte, seria destacar informações úteis e tomar decisões. Nessa pesquisa, o questionário possibilitou que as perguntas fossem feitas para um participante que tinha o conhecimento necessário do qual precisava-se para continuar o processo de pesquisa.

Moreira (2019), ainda ressalta que ao analisar dados é necessário inspecioná-los, transformá-los e limpá-los de modo que o objetivo seja alcançado e as informações precisas sejam mantidas, ou seja, com base no retorno do questionário aplicado com a gestora e depois de respondido foi possível realizar uma revisão e encontrar materiais bibliográficos relacionados ao tema, o que permitiu a melhor percepção das respostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta sessão apresenta um papel fundamental na apresentação e interpretação dos dados coletados ao longo deste estudo de TCC. Ela oferece uma análise clara e detalhada dos resultados obtidos, proporcionando informações valiosas que enriquecem a compreensão do problema de pesquisa e auxiliam na formulação das respostas para as questões investigadas.

4.1 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

A análise dos resultados foi realizada com base nas respostas obtidas no questionário, buscando compreender o nível de conhecimento da gestora sobre auditoria interna e sua aplicação na empresa.

Foi verificada a descrição da empresa pesquisada, como tempo de mercado, razão social, quantidade de sócios e localização da empresa. A seguir tem-se as perguntas e suas respectivas respostas, analisadas a partir de ideias apresentadas por alguns autores.

Na primeira pergunta a gestora foi **“você já teve algum contato direto com a auditoria interna?”**. A proprietária respondeu: *“não tenho conhecimento técnico do assunto, o contado que tenho é através da contabilidade que está responsável por fazer auditoria no setor administrativo, devido a mudança do regime tributário da empresa para o lucro real”*.

Diante da resposta percebe-se que a gestora começou a ter um contato com a auditoria interna para melhorar a eficiência dos controles internos e manter a saúde financeira da empresa.

Auditoria interna tem a função de auxiliar a gestora a ter maior conhecimento técnico das áreas de vulnerabilidade da empresa, identificando riscos e melhorando os processos internos e trazendo mais transparência para instituição.

Dessa forma Junior (2010, p. 3) “o objetivo da auditoria é a descoberta de erros e fraudes para proteção da empresa contra eles e contra multas fiscais, como também a produção de informes a respeito da confiabilidade das demonstrações contábeis”. Diante dessa informação, nota-se que a auditoria analisa minuciosamente dados internos da empresa, evitando vários problemas, e ajuda a organização a trabalhar em conformidade

Attie (2009), afirma que auditoria interna tem o dever de identificar a conformidade dos atos da gestão, para que a instituição alcance seus objetivos com proposito de agregar valor à empresa.

Na segunda questão foi perguntando à questionada **“como você avalia a eficácia dos controles internos da empresa?”** A resposta dada pela participante *“muito eficaz, fazemos avaliação através de relatórios de conferencia de mercadoria que é feito sempre que chega estoque novo”*.

A gestora afirma que seu controle interno e muito eficaz mesmo não tendo o conhecimento técnico ela faz de forma leiga, porém tendo grandes resultados por fazer sempre as conferencias e ter os controles interno em dia. Isso possibilita ter uma visão ampla da empresa, podendo perceber os pontos positivos e negativos quando e necessário, ou seja, à gestora apenas utiliza a ferramenta auditoria quando alguma anomalia ocorre dentro da empresa para poder tomar decisões.

Para Almeida (2013), a administração da empresa e responsável pelos dados do sistema de controle interno, pela verificação, e qualidade das informações na organização, se estão sendo seguida pelos funcionários.

A gestão de estoque eficiente é de suma importância para redução dos custos operacional e melhorias no nível de serviço para as empresas. de acordo com Wanke (2006) *“a gestão de estoques como elemento fundamental para redução e o controle de custos totais e melhoria do nível de serviço prestado pela empresa é crescente”*.

Na terceira pergunta foi perguntado **“você considera que a auditoria interna influencia na melhoria dos processos internos?”** A mesma respondeu *“acredito que sim! Quando tenho dúvidas referente a empresa sempre verifico a ferramenta de auditoria que tem no sistema da loja para averiguar o que realmente aconteceu ali. Podendo assim evitar um erro ou possível fraude. Através da verificação posso tomar a melhor decisão com base em dados concretos”*.

Analisando a resposta nota-se que a proprietária sabe o que é uma auditoria interna, mas sem o devido conhecimento técnico do assunto. Foi questionado sobre a contratação de um profissional habilitado para fazer esse processo no estoque diariamente.

Como a empresa está mudando o regime tributário para o lucro real e de suma importância ter mais proteção e agilidade no operacional da empresa, visando melhorar sua tomada de decisão e permitindo a expansão do negócio com transparência e credibilidade.

De acordo com Attie (2020) a auditoria tem por objetivo aperfeiçoar o processo interno para verificar a responsabilidade e conformidades dos atos da administração, buscando melhorar e sugerir técnicas operacional, para o melhoramento da gestão.

Dessa forma, o papel da auditoria interna é apresentar um plano de ação que der suporte a administração a conquistar seus objetivos e metas, para tornar os processos mais eficiente. Para Lopes (2010, p.14), “adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com objetivo de adicionar valor e melhorar as operações[...]”.

Na quarta pergunta, foi abordado **“você acredita que a auditoria interna auxilia os gestores a tomar decisões estratégicas?”** Se sim, comente a importância dessa ferramenta na tomada de decisão”. Foi respondido pela empresária *“sim, pois através da ferramenta de auditoria interna as decisões são tomadas de forma estratégica, com dados concretos, podendo assim tomar decisão mais seguras e assertiva”*.

A gestora respondeu que a auditoria interna ajuda a tomada de decisão pois possibilita ter dados de toda movimentação que ocorre na empresa, mesmo não conhecendo o assunto aprofundado ela utiliza a ferramenta para ajudar identificar erros ou fraudes dentro da organização.

Entretanto, Marion (2013,), “frequentemente estamos tomando decisões: a que hora iremos levantar, que roupa iremos vestir, qual tipo de comida iremos comer, a que programa iremos assistir, qual trabalho iremos desenvolver o dia etc.”

A tomada de decisão nas organizações geralmente se baseia na obtenção e interpretação de informações, sendo influenciada por diferentes formas de análise. Em muitas empresas, esse procedimento desempenha um papel fundamental na gestão e no planejamento estratégico (DAFT; WEICK,2005)

A quinta pergunta **“quais foram os principais impactos da auditoria interna na gestão da empresa?”** A entrevistada respondeu *“ainda estou analisando com mais profundidade os impactos da auditoria interna. Mas, com o conhecimento que estou obtendo no assunto. Percebo que o estoque se tornou mais eficiente e consigo acompanhar melhor as operações realizadas dentro da loja”*.

A resposta da gestora demonstra que ela ainda está em fase de aprofundamento sobre os impactos da auditoria interna, o que indica um processo de aprendizado e adaptação. Mas já é possível perceber os benéficos práticos, como a melhoria no controle de estoque e um maior acompanhamento das operações da loja.

Além disso foram discutidos vários processos que podem ser melhorados dentro da empresa, com uso da auditoria interna. Como identificação de pontos, que possam ser aprimorados dentro da empresa, incluindo a prevenção de possíveis falhas no sistema da organização, contribuindo para uma gestão mais eficaz e estratégica. Segundo Attie (2021), a auditoria interna não apenas avalia a conformidade dos processos, mas também identifica oportunidades de melhoria, fortalecendo o controle e a eficiência operacional.

O controle de estoque é de muita importância para a empresa avaliar sua movimentação de mercadoria tanto na entrada como saída. Sá (1980, p. 291) relata: que “o programa de auditoria dos estoques deve abranger todos os setores em que se operam a formação, a manutenção e a saída do estoque” Isto é, auditoria deve cuidar da movimentação dos produtos.

Na sexta questão questionado **“em sua opinião, quais áreas da empresa mais se beneficiam da auditoria interna?”** A resposta dada foi: *“setor financeiro, e estoque são as áreas que auditoria me ajuda a tomar decisão quando estou com dúvidas”*.

A resposta da questionada evidencia a importância da auditoria interna dentro da empresa, destacando como essas áreas influenciam diretamente a tomada de decisão. A auditoria interna através dos seus dados precisos ajuda a gestora a prevenir erros e fraudes no processo interno da empresa, evitando problemas futuros.

A resposta da gestora destaca que auditoria interna traz benefícios para o setor financeiro, controle de estoque e a tomada de decisão. Isso demonstra uma visão estratégica sobre a importância desse processo na empresa, pois identificar essas áreas são de total importância para a estabilidade e o crescimento da organização.

A auditoria interna não apenas garante maior precisão nos registros e na gestão de recursos, mas também contribui para minimizar riscos, prevenir fraudes e melhorar a eficiência operacional. Dessa forma, sua implementação fortalece o

Segundo Sousa (2019), a auditoria interna é uma ferramenta essencial para o controle interno e traz uma gestão mais segura. Para garantir a qualidade dos processos financeiros e operacionais, podendo reduzir riscos e promover melhores práticas na gestão. Além disso Crepaldi (2009), reforça que objetivo principal da auditoria interna é fornecer segurança à administração, permitindo que as decisões sejam tomadas com base em informações confiáveis e bem estruturadas.

Esses pontos afirmados que a auditoria não apenas protege a empresa contra

possíveis falhas e erros, mas também a torna mais eficiente e preparada para os desafios do mercado.

A sétima questão foi **“como a auditoria interna influenciou a organização dos processos internos da empresa?”** A resposta apresentada *“com a mudança do regime tributário para lucro real estou tendo auxílio da contabilidade no setor administrativo, e depois da auditoria, percebi que os processos internos ficaram mais organizados, e agora temos mais clareza sobre o que precisa ser feito”*.

A resposta da gestora ressalta que com a mudança do regime tributário foi preciso do auxílio de uma contabilidade especializada para ajudar nas mudanças dos processos internos da empresa. E destacou que a auditoria interna tem um impacto positivo na tomada de decisão, pois através da análise da auditoria pode identificar falhas e corrigir erros no processo interno da empresa.

Perez (2011, p. 6) afirma, a auditoria interna “[...] funciona como um instrumento de apoio a gestão e objetivando verificar se o controle interno está em efetivo funcionamento”. A gestora reconhece que auditoria interna pode impactar positivamente a tomada de decisão, pois permite identificar falhas e corrigir erros.

Oitava pergunta a ser questionada **“o que poderia ser melhorado na atuação da Auditoria Interna dentro da empresa?”** Foi respondido *“através dos dados apresentados da auditoria, muitas áreas da empresa podem se beneficiar, mas ainda estamos em processo de adaptação”*.

A empresária reconhece o valor da auditoria interna para a empresa e compreende que seu impacto pode ser significativo em diversas áreas. Mas, ressalta que a instituição ainda está em fase de adaptação para utilizar essa ferramenta de forma precisa e eficiente.

Além disso a empresária destaca que, à medida que o setor administrativo se familiariza com os dados apresentados, torna-se possível melhorar os processos internos e corrigir possíveis falhas eventuais. Essa visão reforça que auditoria interna não é apenas uma questão burocrática, mas uma ferramenta estratégica para o crescimento da empresa.

Attie (2020, p.75), “o sucesso da auditoria interna está diretamente relacionado a sua aceitação dentro da organização e ao comprometimento da alta administração em utilizar suas recomendações”. Isso mostra que, para auditoria interna seja plenamente eficaz, é necessário que a empresa esteja aberta a mudanças e disposta a integrar seus achados na rotina corporativa, o que reforça o processo de adaptação

mentionado pela empresária.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a auditoria interna está sendo incorporado a rotina da empresa, trazendo melhorias na gestão de controle dos processos internos. Apesar da gestora não ter conhecimento técnico aprofundado sobre auditoria interna, sua experiência prática e a colaboração da contabilidade tem permitido uma adaptação de forma frequente.

Isso demonstra que auditoria não é apenas um mecanismo de conformidades, mas uma ferramenta essencial para fortalecer os controles internos, reduzindo riscos e melhorando a transparência. A eficiência dos controles internos foi um ponto destacado, principalmente no setor do estoque, onde a gestora já percebe avanços, como a melhoria no monitoramento das mercadorias e a organização das operações.

Dessa forma, o estudo reforça a importância da auditoria interna como ferramenta de apoio à tomada de decisão, demonstrando que, com o tempo e adaptação, a empresa pode maximizar seus benefícios e tornar seus processos mais eficiente e seguros.

4.2 SUGESTÕES DE COMO FAZER AUDITORIA INTERNA NA EMPRESA

Com base nos resultados da pesquisa, algumas melhorias podem ser sugeridas para a P. Ribeiro Silva Comércio sendo: implementação de auditoria interna no setor do estoque, garantindo maior controle sobre as mercadorias e finanças; Capacitação da equipe sobre auditoria interna, para que sua aplicação seja mais eficiente e estratégica e a utilização de softwares de gestão para realizar as conferências, que auxiliem na organização das informações internas e fiscais, facilitando a auditoria.

E a sugestão de cinco passos para fazer auditoria na empresa.

1. Definir os objetivos da empresa, para alcançar as metas lançadas.
2. Ter um cronograma da empresa para avaliar as áreas que precisam ser auditadas.
3. Deixar a equipe a par de tudo, para que possam ter um entendimento melhor em relação auditoria.
4. Verificar se não há pendências anteriores identificando risco e oportunidades.
5. Monitorar os pontos fortes da empresa.

6. Criar plano de ação.

A auditoria não é um processo isolado, mas sim uma prática contínua. Por isso, é essencial fazer as auditorias periódicas para avaliar os resultados das melhorias. Dessa maneira a empresa se mantém organizada, eficiente e preparada para crescer com segurança.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou a importância da auditoria interna como uma ferramenta estratégica para a tomada de decisão dentro das empresas. No caso da P. Ribeiro Silva Comércio, a auditoria interna, embora não seja uma prática contínua, tem se mostrado fundamental para o controle do estoque e para a identificação de falhas operacionais, contribuindo diretamente para a melhoria dos processos internos.

Por meio da pesquisa bibliográfica, foi observado que a auditoria interna é um instrumento de grandiosa importância para as organizações empresariais, uma vez que possibilita avaliar a qualidade e o nível dos controles utilizados no ambiente interno da entidade. Pela pesquisa de campo evidenciou-se que a auditoria interna como ferramenta de apoio a tomada de decisão, demonstrando que, com o tempo e adaptação, a empresa pode maximizar seus benefícios e tornar seus processos mais eficiente e seguros.

O TCC teve como objetivo evidenciar a relevância, analisando como a auditoria interna pode maximizar a eficiência organizacional e contribuir diretamente para o sucesso empresarial.

Quanto aos resultados, observa-se que as atividades realizadas pela empresa refletem a implementação de controles internos existentes. Este estudo evidenciou que a auditoria interna, como ferramenta de apoio a gestão, contribui significativamente para a melhoria dos processos organizacionais. Recomenda-se, portanto, aprimorar continuamente as políticas de auditoria interna, pois elas auxiliam na identificação de ineficiências e riscos, promovendo a conformidade com políticas internas e regulamentos externos. Investir nessas práticas fortalece o controle sobre as operações, assegurando a integridade e a transparência dos processos empresariais.

A implementação de auditorias periódicas pode, portanto, oferecer um grande potencial de melhorias, tornando a empresa mais eficiente, controlada e preparada para enfrentar desafios estratégicos.

Dessa forma, fica claro que a auditoria interna não apenas ajuda a corrigir falhas, mas também contribui para o aprimoramento contínuo da organização, permitindo decisões mais seguras e fundamentadas, essenciais para o sucesso e crescimento sustentável do negócio.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. F. **O papel da auditoria interna operacional no processo decisório das organizações**. 2018. TCC (Bacharelado) – Faculdade Sudoeste Paulista, [s.l.]. Disponível em: <http://unifsp.edu.br/itapetininga/wp-content/uploads/2019/02/TCC-ANA-CAROLINE-FERREIRA-DE-ALMEIDA-TCC-Almeida-F.-C.-Ana-Administra%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- ALVES, Aline. **Teoria da Contabilidade**. Porto Alegre: Sagah Educação, 2017, p. 7-65.
- ARENS, A. A.; ELDER, R. J.; BEASLEY, M. S. **Auditing and assurance services: an integrated approach**. 16. ed. New York: Pearson, 2019.
- ARALDI, C. E. **A importância da auditoria para a tomada de decisão**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário UNIFACVEST, Lages, 2019.
- ARAÚJO, J. R. E.; LUZ, J. R. M.; MELO, L. S. A.; BATISTA, F. F. **Produção científica em história da contabilidade: Uma análise nos principais eventos na área contábil no período de 2009 a 2018**. In: XIX USP International Conference in Accounting. São Paulo – SP, 2019.
- ASSESSORIA DE ANÁLISE ECONÔMICA E GESTÃO DE RISCOS. *Análise de Impacto Regulatório (AIR): Investidores no mercado de capitais brasileiro*. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cvm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/air_investidores-no-mercado-de-capitais-brasileiro_2021-07-19.pdf/view?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 23 nov. 2024.
- ATTIE, W.; et al. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 434 p. ISBN 978-85-224-6528-6.
- ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597017229>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- BAZZOTTI, C.; GARCIA, E. **A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para tomada de decisões**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, Paraná, v. 6, ed. 11, 2006. ISSN 1982-3037. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/368/279>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- BAZZOTTI, L.; GARCIA, M. Decisões em ambientes de risco e incerteza. **Revista de**

Administração Moderna, v. 11, n. 2, p. 15-25, 2006.

BATISTA, D. G. Manual de controle e auditoria: com ênfase na gestão de recursos públicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. **E-book**. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502135048/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BATISTA, J. V. J.; PAULA, A. N. S.; SILVA, A. S. **Auditoria interna como ferramenta de gestão para as empresas**. Management Journal, v. 3, n. 2, p. 29-38, 2021. DOI: 10.6008/CBPC26746417.2021.002.0003.

CAMPELO, A. L. **As responsabilidades legais dos auditores independentes no Brasil e seu monitoramento perante os órgãos reguladores**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração: abordagens prescritiva e normativa, clássica, neoclássica, estruturalista, comportamental, sistêmica e contingencial**. 6. ed. Barueri: Manole, 2006.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente e atual das organizações e do papel da administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COELHO, C. U. F.; TAVEIRA, G. A.; BOTINI, J. **Introdução a Contabilidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1999, p. 9-10.

COLARES, S. R. et al. A evolução da contabilidade no Brasil e sua relevância para os negócios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 07, pp. 18-24. novembro de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/evolucao-da-contabilidade>. Acesso em: 23 nov. 2024. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/evolucao-da-contabilidade.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)**. São Paulo: CVM, 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Auditores independentes: uma análise do mercado de auditoria e dos programas de revisão pelos pares e educação continuada no âmbito do mercado de valores mobiliários brasileiro**. Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos (ASA), abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TA 610: utilização do trabalho de auditor interno**. Brasília, DF: CFC, 2014. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA610.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 986, de 21 de novembro de 2003**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal de Contabilidade. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 2003. Disponível em:

<https://www.cfc.org.br/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 700**, de 24 de abril de 1991. Brasília: CFC, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração: NBC TA 001**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC TI 01** – Da Auditoria Interna. Resolução CFC nº 986, de 22 de novembro de 2003. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBCTI.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, G. S. **Auditoria Contábil**: Teoria e Prática. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial**: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CREPALDI, S. A. **Fundamentos da Auditoria**. CRC-CE, 2021.

CRESWELL, J.W. **Research Design**: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Sage Publications, 2018.

FILÓ, C. M. B.; PEREIRA, R. C. N.; COSTA, E. D. M. Eficácia da auditoria interna nas organizações. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, a. 5, ed. 10, v. 19, p. 05-15, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. Atlas. São Paulo. 2002.

GIL, A. L.; ARIMA, C. H.; NAKAMURA, W. T. **Gestão: controle interno, risco e auditoria**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2013. E-book. p. 20. ISBN 9788502197558. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502197558/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GOMES, E. D.; ARAÚJO, A. F.; BARBOZA, R. J. Auditoria: alguns aspectos a respeito de sua origem. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis**, Garça, v. 7, n. 13, maio 2009. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/xza6N0w4fqVM1H2_2013-4-24-11-13-58.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 37001:2016 - Anti-bribery management systems - Requirements with guidance for use. Genebra: ISO, 2016.

IMONIANA, J. O. **Auditoria: Planejamento, Execução e Reporte**. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING. **Quais são as técnicas** de Auditoria. IBC São Paulo, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/quais-sao-as-tecnicas-de-auditoria/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LIMA, K. R.; SILVEIRA, T. R.; BARBOSA, W. H. **A importância da auditoria para a prevenção de erros e fraudes na organização**. Diálogos em Contabilidade: teoria e prática, v. 2, n. 1, 2014.

LINS, L. S. **Auditoria**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011807/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 7-8-12.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018, p. 13-24.

LITTLETON, A. C. **Accounting Evolution to 1900**. New York: Russell & Russell, 1966. 434 p.

MATTOS, J. G. Auditoria. Porto Alegre: SAGAH, [s.d.]. **E-book**. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595020115>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MELO, V. H. de. **Auditoria interna e auditoria externa: uma relação complementar no setor público e privado**. Poços de Caldas: Pitágoras, 2021. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/38503/1/VITORIA_HELENA_DE_MELO.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

MENDONÇA, M. **Processo decisório**. 2011. Disponível em: <https://www2.unifap.br/mariomendonca/files/2011/05/PROCESSO-DECISORIO.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MOREIRA, J. C. **Análise de Dados: Modelagem e interpretação**. Altas. São Paulo, 2019.

NBR ISO 37301 – **Sistemas de Gestão de Compliance: requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

NBR ISO 37301 – **Sistemas de gestão de compliance: requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

Normas internacionais para prática profissional de auditoria interna. Traduzido por IIA Brasil. Lake Mary, FL: The IIA, 2017.

NUNES, M. A. S.; CASTRO, M. G. **Auditoria dos controles internos como apoio à gestão de processos e tomada de decisão**. Audit of Internal Controls as Support for Process Management and Decision Making. 2020. 24 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

OLIVEIRA, L. M. **Auditoria contábil e governança corporativa**. São Paulo: Saraiva, 2016.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2002.

PENHA, M. Processo Decisório: **Os Impactos das Decisões nos Resultados de uma Organização Familiar**. Currais Novos: UFRN, 2017.

PEREIRA, A. F.; SILVA, T. A. **Gestão de riscos na auditoria: aspectos estratégicos e operacionais**. Curitiba: Juruá, 2018.

PEREIRA, J. M. **Gestão de risco operacional**: uma avaliação do novo acordo de capitais - Basiléia II. Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 3, v. 1, n. 6, jul./dez. 2006. p. 103-124.

REIS, A. J.; SILVA, S. L. da. **A história da contabilidade no Brasil**. Salvador - BA. Revistas. Unifacs.br 2008.

RIBEIRO, O. M.; COELHO, J. M. R. **Auditoria fácil**. 2nd ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2013. E-book. p. 32. ISBN 9788502213470. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502213470/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

RIBEIRO, A. **Título da tese**. 2019. Tese (Doutorado em Gestão) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2019. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/15987/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Ana%20Ribeiro_MA.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

RICARDINO, Á.; CARVALHO, L. N. **Auditoria de sistemas de informação**: teoria e práticas. São Paulo: Cengage, 2020.

SÁ, A. L. de. **Fundamentos da Contabilidade Geral** - Com Referências Relativas à Reforma das Sociedades por Ações - Lei 11.638/07 - 3ª edição - Revista e Atualizada. 3ª ed. - Curitiba: Juruá Editora, 2008. 315 p.

SÁ, A. L. de. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, C. E.; CASTRO, A. L. S. de. Auditoria contábil e as alterações com a introdução das normas internacionais. São Paulo: FGV, 2013.

SANTOS, C. **Auditoria Fiscal**. 2 ed. São Paulo: IOB SAGE, jun. 2014.

SANTOS, L. T. S.; BARBOSA, E. A. **A história da contabilidade: origem e evolução** / Accounting history: origin and evolution. 2002. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Unievangélica, Anápolis, Goiás,

2022. Disponível em:
<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/10747/1/TCC%20leticia%2002.pdf>.
 Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTOS, T. M. dos. **Auditoria contábil: aspectos gerais e aspectos legais**. São Paulo: Atlas, 2001.

SEBRAE – **SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**. Entenda o motivo do sucesso e do fracasso das empresas. SEBRAE São Paulo, 30 out. 2017. Disponível em:
<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/entenda-o-motivo-do-sucesso-edo-fracasso-das-empresas,b1d31ebfe6f5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

SILVA, B. G. G. da; MERICIAL, D. S. **A evolução da contabilidade nos processos históricos do Brasil e do mundo**. Instituto de Ensino Superior de Londrina – Módulo II. Londrina, PR, 2019.

SILVA, É. C. O.; LEITÃO, L. de L.; ROCHA, C. B. A importância da auditoria interna como ferramenta de gestão para as empresas. **Revista Fisioterapia e Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 127, out. 2023. Orientador: Prof. Thiago Mattos. DOI: 10.5281/zenodo.10012111. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10012111>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SIMNETT, R.; HUGGINS, A. Auditing: A Risk-Based Approach to Conducting a Quality Audit. Cengage Learning, 2015. Acesso em: Auditoria: uma abordagem baseada em risco para conduzir uma auditoria de qualidade - Detalhes do produto - Cengage Instructor Center.

SOBRAL, F.; PECL, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2013.

SOUZA, H. E. L. de. **Auditoria Interna: guia básico para formação de auditores**. 1ª ed. Curitiba: Clube dos Autores, 2019.

SOUZA, K. R. de; SANTOS, F. B. **Auditoria baseada em riscos: como agregar valor e melhorar as operações de uma organização**. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (IIA). Assessing Organizational Integrity: Practical Methods for Internal Auditors. Lake Mary, FL: The IIA Research Foundation, 2021.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS, INC. Papéis de trabalho eficazes: guia prático. Tradução do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Altamonte Springs: The IIA, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/competencias-tecnicas-de-auditoria/documentacao-de-auditoria/Brief_Papeistrabalhoseficazes.pdf.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

WANKE, PETER. **Gestão de estoques na cadeia de suprimento**: decisões e modelos quantitativos. 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez [et al]. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

JUNIOR, José Hernandes Perez. **Auditoria das demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DAFT, R. L.; WEICK, E. K. Por um modelo de organização concebido como sistema interpretativo. **Revista de Administração de Empresas**. v. 45, n. 4, p. 73-86, 2005

LOPES, Daniela Pederneiras. **Auditoria Interna com o instrumento de gestão**. 2010. 51f. Monografia (Pós-graduação em Auditoria e Controladoria). Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

APÊNDICE A – Termo Livre Esclarecido – TCLE



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA FACULDADE DE ITAITUBA - FAI

Autorizado e Credenciado pela Portaria do MEC nº 2557 de 16/09/2003 Recredenciamento pela Portaria do MEC nº 1904/2019 de 31/10/2019

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título: Auditoria Interna como ferramenta de apoio a tomada de decisão um estudo de caso na empresa P. Ribeiro Silva Comercio em Itaituba Pará.

OBJETIVO DO ESTUDO: O estudo tem como principal objetivo analisar o papel da auditoria interna na tomada de decisão empresarial, destacando sua contribuição para a organização financeira, controle de estoque e maximização de resultados

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para a fase final do Trabalho de Conclusão de Curso. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará dele respondendo um questionário e utilizaremos os dados no nosso trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

BENEFÍCIOS: Sua participação ajudará obter informações a fim de alcançar esclarecimentos e resultados para a pesquisa, com respostas objetivas e subjetivas sobre os conceitos que fazem parte da mesma, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações para a construção de dados do TCC.

CONFIDENCIALIDADE: Seu nome não aparecerá nas descrições da pesquisa, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada no Município de Itaituba, estado do Pará. Possui vínculo com a Faculdade de Itaituba – FAI sendo o aluno Emerson Moreira Bentes o pesquisador principal, sob a orientação do Prof. Augusto Cesar Amorim do Nascimento.

Eu concordo em participar deste estudo

Assinatura:

Data:_____

Endereço:_____

Telefone de contato:_____

Assinatura do (pesquisador):

Nome:_____

Data:_____

APÊNDICE B – Questionário



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este questionário destina-se apenas para fins acadêmicos, no entanto o seu preenchimento não acarretará quaisquer danos para os participantes, e você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar do estudo **“Auditoria Interna Como Ferramenta de Apoio na tomada de Decisão, um estudo de caso na empresa P. Ribeiro Silva Comercio em Itaituba - Pará”**.

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**DADOS DA EMPRESA****NOME DA EMPRESA:** _____**QUANTO TEMPO ESTÁ NO MERCADO?** _____**PERFIL DO PARTICIPANTE:** _____**DATA DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO:** _____**HORÁRIO:** _____**SEXO:** () Masculino () Feminino**IDADE:** _____**ESCOLARIDADE:** () cursando Ensino Superior () Ensino Superior () Pós- graduação
() Outros**CURSO DE FORMAÇÃO:** _____**FUNÇÃO NA EMPRESA:** _____**TEMPO DE ATUAÇÃO:** _____

QUESTÕES

“O tema da pesquisa tem como objetivo analisar como a auditoria interna auxilia os gestores a tomarem decisões importantes dentro da empresa. E verificar quais fatores impulsionam o crescimento, e como o administrador utiliza essa ferramenta para obter informações importantes que apoiam as decisões a serem aplicadas na organização.”

1 Você já teve contato direto com a Auditoria Interna?

2 Como você avalia a eficácia dos controles internos da empresa?

3 Você considera que a Auditoria Interna influencia na melhoria dos processos internos?

4 Você acredita que a Auditoria Interna auxilia os gestores na tomada de decisão estratégica?

5 Quais foram os principais impactos da auditoria interna na gestão da empresa?

6 Em sua opinião, quais áreas da empresa mais se beneficiam da Auditoria Interna?

7 Como a auditoria interna influenciou a organização dos processos internos da empresa?

8 O que poderia ser melhorado na atuação da auditoria Interna dentro da empresa?
